



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Conselho Superior do Ministério Público

**Boletim Informativo
N.º 12/2026**

Plenário | 17.06.2026

Boletim Informativo



Sumário

| | |
|---|------|
| ■ PRESENÇAS | >> 2 |
| ■ ORDEM DO DIA | >> 3 |
| Temas de ordem geral | >> 3 |
| Gestão de quadros / Comissões de Serviço / Instrumentos de Mobilidade | >> 4 |
| Matéria Disciplinar | >> 5 |
| Inspeções | >> 5 |



Presenças

■ Presidente

Senhor Procurador-Geral da República, ***Dr. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra.***

■ Vogais

Procuradores-Gerais Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, ***Drs. Helena de Jesus Fernandes Gonçalves, José Norberto Ferreira Martins, António Augusto Tolda Pinto e José Carlos Ribeiro da Cruz Laia Franco;***

Procurador-Geral-Adjunto, ***Dr. Pedro Alexandre do Carmo Martins Fernando;***

Procuradores da República, ***Dr.^{as} Sónia Marina de Pinho Esteves Ferreira, Ana Paula Lopes Leite, Raquel Alexandra Alves da Encarnação, Maria Leonor Queiroz Pereira Gil Ribeiro Cardiga, Maria Raquel de Carvalho Figueiredo da Mota Carvas Rocha e Isabel Maria Rodrigues Cardoso;***

Membros eleitos pela Assembleia da República, ***Drs. Fernando Jorge de Loureiro de Reboredo Seara, Fernando José da Silva, Vânia Gonçalves Álvares, Pedro Miguel Neves de Sousa e Cristiana Alexandra Vaz Ramos da Silva.***

Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça: ***Professora Doutora Susana Maria Aires de Sousa e Dr. Bernardo Castro Caldas***

■ Secretária

Secretariou a sessão a Secretária-Geral da Procuradoria-Geral da República, ***Dr.^a Carla Cristina Carvalho da Costa.***



Conselho Superior do Ministério Público

Estiveram presentes, aquando da apresentação e discussão dos pontos 1 a 5, Sua Excelência a Senhora Ministra da Justiça, Dr.^a Rita Alarcão Júdice e o Senhor Vice-Procurador Geral da República, Dr. Paulo Morgado de Carvalho.

O Dr. Fernando Silva iniciou a sessão, pelas 11h25, aquando da discussão do ponto 2.

O Senhor Vice-Procurador Geral da República, Dr. Paulo Morgado de Carvalho presidiu à sessão, na parte da tarde, alusiva aos pontos 6 a 16, na ausência do Senhor Procurador-Geral da República.

PONTO PRÉVIO

O CSMP aprovou, por unanimidade, Voto de Congratulação pela abertura da magistratura do Ministério Público às mulheres, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 251/74, de 12 de junho, assinalando o seu significado histórico e o contributo das magistradas do Ministério Público para o fortalecimento da justiça e da democracia em Portugal.

ORDEM DO DIA

Temas de ordem geral

1. Lei Orgânica da Procuradoria-Geral da República.
2. Carência de magistrados do Ministério Público.
3. Carência de ofícios de justiça afetos ao Ministério Público
 - i) Criação de quadros de pessoal para os DIAP Regionais, incluindo as SEIVD.
4. Segurança e Saúde no Trabalho para os magistrados do Ministério Público.
5. Estado do edificado e dos equipamentos dos tribunais
 - i) Salas para diligências do Ministério Público;
 - ii) Necessidades informáticas do Ministério Público:
 - Equipamentos;



Conselho Superior do Ministério Público

— Tramitação eletrónica dos procedimentos que correm termos nos serviços do Ministério Público (Citius, MP Codex e PROMP).

6. O CSMP deliberou, por unanimidade, ratificar a deliberação que aprovou a indicação das necessidades de formação que se considera deverem ser incluídas no plano anual de formação contínua do Centro de Estudos Judiciários

Apresentação: Maria Raquel Mota.

Gestão de quadros / Comissões de Serviço / Instrumentos de Mobilidade

8. O CSMP deliberou, por maioria, ao abrigo das deliberações de 04 de junho de 2025 e de 18 de junho de 2025 do plenário do CSMP, ratificar as decisões da Senhora magistrada do Ministério Público coordenadora da comarca de Lisboa-Norte quanto ao desempenho de funções, em agregação, pela Senhora Procuradora da República **Paula Domingos** junto do Juízo de Instrução Criminal e Juízo Central Criminal de Loures, com efeitos a retroagirem ao dia 04 de setembro de 2025; e quanto ao desempenho de funções, em agregação, pela Senhora Procuradora da República **Cátia Oliveira** junto da Pequena Instância Criminal/Juízo Local Criminal e DIAP de Loures, com efeitos a retroagirem ao dia 27 de fevereiro de 2026.

Relator: Dr. Pedro Carmo

Abstiveram-se as Sr.^{as} Conselheiras, Dr.^{as} Sónia Ferreira, Ana Paula Leite, Raquel Encarnação, Leonor Cardiga, Maria Raquel Mota e Isabel Cardoso.

9. **Adiado**

Pedido de autorização para nomeação, em comissão de serviço, como inspetora da Inspeção-Geral da Administração Interna, da Senhora Procuradora da República, Filipa Maria Rodrigues Mendes.

10. **Adiado**

Proposta do Centro de Estudos Judiciários de não nomeação, em regime de efetividade, da Procuradora da República em regime de estágio do 40.º Curso de Formação Normal de Magistrados.

11. O CSMP deliberou, por maioria:

- i. julgar procedente a reclamação apresentada pela senhora Procuradora da República Lic. Carla Cristina da Cruz Baguim;
- ii. revogar o Acórdão da Secção Permanente de 14 de janeiro de 2026 no segmento em que, ao abrigo do disposto no artigo 79.º, numa leitura *a contrario sensu*, do EMP, deliberou indeferir o seu pedido de reconhecimento de serviço cumulativo com o prestado no núcleo do DIAP de Barcelos, da comarca de Braga, no período compreendido entre 16.09.2025 e 31.10.2025;
- iii. deferir o pedido de reconhecimento de serviço cumulativo formulado pela senhora Procuradora da República, Lic. Carla Baguim, no período compreendido entre 16.09.2025 e 31.10.2025.

Relatora: Dr.ª Helena Gonçalves



Conselho Superior do Ministério Público

Abstiveram-se os Srs. Conselheiros, Vice-Procurador-Geral da República, Drs. Laia Franco, Raquel Encarnação, Raquel Mota e Vânia Álvares.

12. **Adiado**

Recurso da deliberação da Secção Permanente, de 09 de março de 2026, que indefere o reconhecimento da acumulação.

Matéria Disciplinar

13. **Adiado**

Apreciação de requerimentos por parte de Procuradora da República.

14. **Adiado**

Reclamação da deliberação da Secção Disciplinar de 25 de fevereiro de 2026 que aplicou a sanção disciplinar de suspensão do exercício de funções pelo período de sessenta dias a Procurador da República.

15. O CSMP deliberou, por unanimidade, ao abrigo da exceção ao dever de decisão prevista no n.º 2 do artigo 13.º do CPA, e em obediência ao princípio da tutela jurisdicional efetiva, não conhecer, em toda a sua extensão, do requerimento apresentado, em 17 de maio de 2026, por Senhor Procurador da República aposentado.

Relatora: Dr.ª Helena Gonçalves

Inspeções

16. O CSMP deliberou, por unanimidade, manter a nota atribuída pela Secção de Avaliação do Mérito Profissional do CSMP, de 04 de março de 2026, indeferindo o recurso apresentado por Procuradora da República.

Relatora: Dr.ª Ana Paula Leite

7. O CSMP deliberou, por unanimidade, em escrutínio secreto, nomear, em comissão de serviço, o Senhor Procurador-Geral-Adjunto **José Manuel Gonçalves Dias Ribeiro de Almeida** para, em representação do Senhor Procurador-Geral da República, exercer funções no Supremo Tribunal Administrativo, com efeitos a 1 de setembro de 2026, ficando a seu cargo a conclusão dos dois pareceres do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República – artigos 172.º, 178.º e 179.º do EMP.

A sessão teve início às 10h05 e interrompeu para almoço pelas 12h20.

Retomou pelas 13h35 e encerrou pelas 15h05.